



A Teologia da Libertação e a luta pela terra na Amazônia: ação e resistência de clérigos progressistas e a opção preferencial pelos pobres

Liberation Theology and the Struggle for Land in the Amazon: Action and Resistance of Progressive Clergy in the Preferential Option for the Poor

Adriane dos Prazeres Silva

Docente do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Religião da UEPA

Resumo: Este artigo debate a ação de clérigos progressistas, adeptos da Teologia da Libertação, que se alinharam ao lado de trabalhadores rurais na luta pela terra na Amazônia brasileira durante o desdobramento da ditadura militar no Brasil, ou seja, entre (1964-1985). Essa igreja progressista, foi responsável pela criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pela Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e por vários programas sociais de cunho materialista que visava a libertação dos menos favorecidos. Para dar conta de compreender esse processo acionei um amplo de espectro de arquivos da prelaquia de Cametá, os arquivos da CNBB/Norte-2, CPT- Para, SUDAM, ITERPA. Logo, alinhando essa gama variada de fontes, conjugando com uma bibliografia que discuta a Teologia da Libertação, buscamos entender melhor a atuação da igreja progressista na Amazônia e a luta pela terra. **Palavras-chave:** Teologia da Libertação, Luta pela Terra, Amazônia e Ditadura militar.

Abstract: This article discusses the actions of progressive clergy, adherents of Liberation Theology, who aligned themselves with rural workers in the fight for land in the Brazilian Amazon during the military dictatorship in Brazil, that is, between 1964 and 1985. This progressive church was responsible for the creation of the Pastoral Land Commission (CPT), the Indigenous Missionary Council (CIMI), the Basic Ecclesial Communities (CEBs), and several social programs of a materialistic nature aimed at the liberation of the underprivileged. To understand this process, I accessed a wide range of archives from the prelate of Cametá, the archives of CNBB/Norte-2, CPT-Pará, SUDAM, and ITERPA. By aligning this varied range of sources with a bibliography discussing Liberation Theology, we aim to better understand the actions of the progressive church in the Amazon and the struggle for land.

Keywords: Liberation Theology, Land Struggle, Amazon, and Military Dictatorship

Introdução

Este trabalho visa dar conta de entender as práxis de padres alinhados a teologia da libertação que atuaram na luta pela terra na Amazônia. Especialmente no baixo

Recebido em: 02 mai. 2024 - Aprovado em: 11 jun. 2024.

Tocantins², esses sujeitos sociais atuaram na prelazia de Cametá³, em finais da década de 1960 a meados dos anos de 1990, pertenciam a congregação dos Lazaristas.

Foram aliados importantes dos trabalhadores rurais da região, para tanto é essencial entendermos o envolvimento da prelazia de Cametá, na figura de seus Clérigos, tais como Jaime José Coutinho Favacho, Henrique Reglis, João Bonakamp, Adriano, Thiago Poels, Geraldinho, Geraldão, Dom José Elias Chaves, essa igreja católica progressista se fez sentir no norte do Brasil e é sobre sua atuação no norte do Brasil que vamos adentrar e verificar algumas de suas nuances.

Para viver a gente precisa de ar, precisa de água, precisa de comida. O ar, a água e a comida, são direitos que nós temos, porque sem isso não podemos viver. O direito nasce da precisão. Para o lavrador o grande direito é a terra. A terra é urna precisão para o lavrador, porque é dela que tiramos o sustento para nós. Nossas famílias e alimentos para todos. Para o lavrador o grande direito é a terra. A terra é urna precisão para o lavrador, porque é dela que tiramos o sustento para nós. Nossas famílias e alimentos para todos aqueles que não vivem de roça. Um lavrador que fica sem a terra é como um peixe fora d'água⁴.

Nós trabalhadores rurais da região do baixo Tocantins reunidos em Cametá (...) depois de um grande debate decidimos que: a reforma agrária radical e imediata depende dos trabalhadores e da luta diária dos lavradores sem terra, dos que tem pouca terra, dos índios, dos operários e de todas as classes oprimidas e que se faz necessário dividir todos os tipos de latifúndios e terras devolutas pelos posseiros (...) nesse país⁵

As epígrafes acima estão registradas em informativos formulados por trabalhadores e que demonstram a articulação dos lavradores dentro do estado do Pará, ambos do ano de 1980, período que fervilhavam conflitos pela posse da terra e resistências na Amazônia. O primeiro é uma citação é um trecho que pertenceu ao informativo "A Farinhada", jornal alternativo da corrente sindical "Lavradores Unidos", de Nova Timboteua e o segundo foi o resultado de uma assembleia entre os trabalhadores rurais do baixo Tocantins, no Estado do Pará, que resolveram discutir quais os rumos que a reforma agrária deveria tomar na Amazônia e no país. Um dos fios de Ariadne⁶ que une os dois eventos foi em parte o desdobramento das ações da igreja católica progressista e sua atuação no estado do Pará. Os efeitos de um processo

² Baixo Tocantins (uma das microrregiões do estado do Pará), composto pelos municípios: Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tucuruí.

³ Prelazia de Camela, entidade que no ano de 1979 era composta pelas seguintes paróquias: Cametá, Oeiras, Igarapé, Mocajuba, Baião, Tucuruí, Jacundá e Bagre.

⁴ A *Farinhada* informativo da corrente sindical "Lavradores Unidos". Nova Timboteua Pará Novembro/ 84 no 06. A Corrente sindical era de tendência progressista e organizou-se para a tomada do Sindicato dos Trabalhadores de Nova Timboteua na década de 1980.

⁵ Documento resultante da reunião do dia 23 de agosto de 1980, em que trabalhadores rurais do baixo Tocantins, das cidades: Cametá, Baião, e Oeiras do Pará, decidiram após um debate a necessidade de fazer acontecer uma reforma agrária radical e imediata.

⁶ GINSBURG, C. *O Fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício São Paulo. Companhia das Letras, 2007, p. 7

que ocorreu a nível de que o autor Michel Lowy, denominou cristianismo da Libertação, ou seja, os resultados de ações práticas da Teologia da Libertação⁷.

1 A teologia da libertação e os clérigos progressistas na Amazônia

No estado do Pará nas sub-regiões do baixo Tocantins, quanto da zona Guajarina, em alguns municípios da zona do salgado como no município de Nova Timboteua e no baixo amazonas com Santarém existiram ações de Clérigos católicos vinculados a ideias da Teologia da Libertação. Desta feita, estou convencida que em zonas como a Guajarina⁸ e o baixo Tocantins a Igreja Católica Progressista⁹ foi fundamental para as conquistas dos Sindicatos trabalhadores rurais eles tiveram intimamente associado ao movimento de resistência e aos ideais dos movimentos sociais associados a questão agrária.

Entendo ainda que várias congregações de religiosos tais como a: Consolata em Roraima, Lazarista no Baixo Tocantins, Diocesanos em Abaetetuba, Xaverianos em Moju, a congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue de Cristo prelazia do Xingu, a ordem dos Franciscanos na região do Tapajós, sociedade do verbo divino (prelazia de Óbidos) e São Francisco aplicaram os projetos práticos de "opção preferencial pelos pobres"¹⁰ no campo paraense¹¹, sendo as práxis desses grupos.

As ordens religiosas aqui analisadas dialogaram com lavradores, índios, juventude e trabalhadores urbanos e das cidades, dessas regiões do Pará, juntos com os quais desenvolveram projetos de cunho social. Podendo ser vistos como intelectuais orgânicos, porque, segundo Gramsci¹² (1975), estavam conectados ao mundo do

⁷ Segundo Sandro Ramon Silva (2013), alguns setores da igreja Latino-Americana beberam profundamente das ideias compartilhadas nas esquerdas e passaram por um significativo processo de transformação em suas práticas, crenças e ideários, gestando um movimento social que tem sido chamado de Cristianismo de Libertação. As várias reflexões de homens da igreja sobre as tão desejadas mudanças políticas, econômicas, sociais e eclesiais no continente, beneficiadas pelas encíclicas sociais dos papas João XXIII e Paulo VI, pelos documentos oriundos do concílio Vaticano II e de Medellín, deram origem a Teologia da Libertação, que se tornou um suporte teórico das esquerdas católicas da América Latina.

⁸ Corresponde às cidades de Abaetetuba, Acará, Moju, Barcarena, Bujaru, Concórdia do Pará, Tailândia, Breu Branco e Novo Repartimento.

⁹ A Igreja Católica Progressista é um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade em muitos sentidos, considerada a entidade mais importante do período de formação da sociedade civil brasileira contemporânea. Tendo o poder de criar, promover e apoiar movimentos sociais em todo o Brasil, tanto nos centros urbanos quanto na zona rural. Durante muitos anos a começar pelo trabalho realizado na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1960, também foi a Igreja Católica Progressista que esteve no centro das lutas de pequenos agricultores deslocados/atingidos por barragens, comunidades indígenas, pescadores, trabalhadores urbanos e donas-de-casa das periferias das grandes cidades, em bairros pobres e favelas, Charmain Lewy (2009).

¹⁰ Foi urna das frases que caracterizou urna parte da Igreja Católica Progressista na América Latina e no Caribe. A opção pelos pobres está também na base da Teologia da Libertação. Ela aparece de modo latente durante o Vaticano II, também de modo especial, a partir de Medellín (1968), Puebla (1979).

¹¹ Concordo com os argumentos de Michel Lowy, ao utilizar o conceito "Cristianismo da Libertação", para definir o grande espectro de movimentos sociais e ideais Teologia da Libertação desencadeou dentro dos movimentos sociais de esquerdas da América Latina nos finais da década de 1960.

¹² De acordo com (Gramsci, 1975, p. 1.518), são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para

trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que seu grupo social, faziam parte ativamente dessa trama e se interligavam a um projeto global.

Desenvolveram projetos como cantinas comunitárias, cred-gado, sítios experimentais, medicina alternativa, construção de leis de resistência à expulsão da terra. Atuaram fomentando encontros, foram muitas vezes os articuladores de ações consideradas subversivas, foram consideradas não raras vezes membros desses grupos, criando identidades de pertencimento, ou seja, reconheceram como integrantes de urna mesma classe social.

É já do nosso conhecimento a atuação dos clérigos progressistas ao lado dos trabalhadores rurais, no contexto da luta pela terra¹³ no Baixo Tocantins. As ajudas amplas durante a tessitura e desdobramentos dos encontros, ou seja, opuseram-se à lei de alienação de terras, praticadas pelo governo militar¹⁴ na Amazônia. Desta feita após a entrada dos grandes projetos na Região Norte, de acordo com José de Souza Martins (1998), "o papel, ou seja, o título de posse de certa forma ganhou vida" na conjuntura dos conflitos agrários da Amazônia, houve a entrada de novos atores sociais que possuíam a titulação, muitos estavam sendo incentivados pelos governos militares. Estes em sua maioria, expulsavam os pequenos proprietários que já habitavam a terra e que praticavam majoritariamente a agricultura familiar. Nesse contexto, a atuação dos lazaristas junto com os trabalhadores Rurais foi essencial para frear a ação dos governos militares nessa parte da Amazônia

Entre meados da década de 1970-1990, os sujeitos históricos que fizeram parte das ações da luta pela posse, no Pará, e que em grande medida foram prejudicados com a entrada dos grandes projetos, em particular no Baixo Tocantins, também se reconheceram pertencentes a urna mesma classe, assim como seus inimigos os reconheceram enquanto grupo opositor. Portanto, nesse momento faço um diálogo com os trabalhos do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1987), no que diz respeito ao uso do conceito de classe, esta não nasceu do dia para noite, ela foi o resultado de um fazer-se, de um reconhecimento de si por meio de suas experiências cotidianas e de lutas, logo os sujeitos sociais aqui presente se reconheceram enquanto classe durante as suas lutas. Os governos militares partiam da premissa de que a região Norte era um território desabitado. O lema assumido pelo governo Médici era "*homens sem terras, para terras sem homem*", cujo objetivo era ocupar os supostos "espaços vazios" na Região Amazônica¹⁵; o citado presidente cria, por decreto datado de 16 de

assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social." material e cul- 378 Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

¹³ Utilizo o conceito "conflito de terra" de acordo com Márcia Motta (2005), no qual este expressa o confronto de agentes sociais opostos em relação a entendimento diferenciado e, portanto, conflituosos em relação ao direito à terra. Trata-se de um embate de interpretações sobre esse direito e que podem variar desde um confronto direto a ações judiciais para a solução do embate, elemento estruturante na sociedade brasileira, os conflitos de terra no Brasil são intermitentes em algumas regiões e permanente em outras.

¹⁴ Aqui concordo com o historiador Carlo Fico (2013), segundo o qual o golpe que ocorreu em 1964 foi civil-militar, mas o governo e suas decisões foram inteiramente de cunho militar.

¹⁵ *'um novo projeto de Igreja e de Missão entre os índios de Roraima: a ordem da Consolata: 1969 a 1997.* (VIEIRA: 2015)

junho de 1970, o PIN (Programa de Integração Nacional) que acabou por dar as diretrizes da ocupação da Amazônia de forma dirigida pelo Estado.

Na conjuntura internacional, além da Guerra Fria, a América Latina vivia sob o governo de várias ditaduras militares¹⁶ e foi dentro desse cenário que se gestou algumas mudanças dentro das estruturas da Igreja Católica, mudanças que vinham ocorrendo desde a década de 1950 com as encíclicas *Mater et Magistra* de 15 de maio de 1965 e a *Pacem in Teris* de 11 de Abril de 1963, que foram reforçados pelo concílio Vaticano II (1962- 1965), pelo Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) em 1968 e Os encontros de Puebla em 1979. Para dar prosseguimento a esse no jeito de ser igreja, houve a criação de entidades administrativas que estão listadas com suas respectivas datas de fundação, como as (CEB's):¹⁷. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) 1972; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) 1976: o Instituto de Pastoral Regional (IPAR) 1973: e assim como, o Centro de Estudos de Comportamento Humano (CENESC), em Manaus 1971, e a formação do Centro de Estudos. Pesquisas e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT- BAM).

Foi nesse contexto que a congregação dos Lazaristas da prelazia de Cametá em parceria com a FASE.: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional¹⁸, foram capazes de desenvolver ações vinculadas a sua "opção pelos pobres". No meu entender existiram vários projetos práticos da atuação desses clérigos entre eles cito, o Cred-gado, as cantinas comunitárias, as criações de aves, apicultura, ovinos e suínos, as plantações de guaraná, cupuaçu e pimenta do reino, os cursos de medicina alternativa, c parteira. de formação de lideranças ou animadores de comunidade como eram conhecidos e os sítios experimentais.

Existiram também as articulações de movimentos sociais como o do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade. organização do Sindicato dos Professores de Moju - que na década de 1980 chamava-se de (AMOP) - e principalmente pela organização de uma equipe que articulou a oposição sindical para a tomada desse em 1983 (SACRAMENTO. 2013). A maioria das associações surgidas no Xingu foi estimulada pela igreja católica, particularmente dos religiosos inspirados pela Teologia da Libertação. tais como foram os casos dos movimentos de Defesa da Vida da Criança, Altamira do Campo; Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Fundação Viver Produzir Preservar. Escola de Formação de Professores e Hospital São Rafael (LACERDA, 2013).

¹⁶ Ditaduras militar na América Latina (1954-1974) (1976-1987); Bolívia (1971-1985); Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990); Colômbia (1953-1957), República Dominicana (1930-1961); El Salvador (1931-1979); Equador (1972-1979); Guatemala (1971-1985); Honduras (1963-1974); Nicarágua (1956-1985); Panamá (1968-1980); Suriname (11- I 981; Uruguai (1973-1984).

¹⁷ As Comunidades Eclesiais de Base nascem no Brasil e na América Latina e Caribe no final da década de 1950 e início da década de 1960. Na prelazia de Cametá foram denominadas de Comunidades Cristãs ou simplesmente CCs.

¹⁸ Foi fundada em 1961 com intuito de ser uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo. O órgão foi um ponto de apoio a resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. Disponível em: <http://Tase.org.br/ptiquem-somos>. 'historicoMsthash.ayEhJj11-1.dpuf. Acesso em: 25 set. 2020.

Em Santarém foram organizados os Movimentos de Educação de Base; projeto de saúde e Alegria (PSA); Rádio Santarém (1961). Já na linha de atuação, a prelazia de Itaituba realizou os cursos de Técnica Agrícola: de medicina alternativa e com ajuda de freis da citada prelazia, foram organizados os projetos do transporte do leite para criança pobre. plantação de mandioca, plantas medicinais e Campanhas contra empresas que praticavam pesca de arrastão.

Em Juruti, por sua vez, as principais bandeiras de luta dos setores de esquerda influenciados pela TL reivindicavam o direito de acesso à terra para agricultura familiar, o crédito rural, a educação básica com qualidade, melhorias das estradas e vicinais e a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). No Baixo Tocantins, ocorreram campanhas fortes contra a construção da barragem de Tucuruí, engrossados pela congregação dos padres Lazaristas.

Ainda no Baixo Tocantins, em especial na Prelazia de Cametá a ação desses padres e leigos progressistas realizou-se na formação de lideranças; nos encontros de Anilzinho e na formação da lei do mesmo nome¹⁹: na campanha para a tomada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na década de 1980 e articulação da vinda de lideranças sindicais de vários lugares do país como Luiz Inácio Lula da Silva; na construção das cantinas comunitárias; nos cursos de parteiras e medicinas alternativas: e nos sítios experimentais. Dentro desse processo foram realizados projetos tais como: as plantações de pimenta do reino, de guaraná, café, cupuaçu, ou a criação de bovinos, ovinos, aves e apicultura e inspirado nesse modelo foi criado o sítio experimental denominado Tipiti em Abaetetuba. Já em Nova Timboteua as campanhas para a conquista de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi fruto da aglutinação de trabalhadores que resultou na corrente sindical "Lavradores Unidos - cujo símbolo era "lâmparina que iluminava a caminhada dos trabalhadores, recuperando a consciência durante muito tempo adormecida de que juntos eram mais fortes²⁰

O financiamento para esses projetos em parte ocorria por conta da cooperação internacional, "BRASIL CEP \VEG. MISERIOR, ADIUTO (Brasil o caminho para a redução da Miséria)" que funcionava como um fundo de ajuda aos projetos da Teologia aqui no Brasil e em outros países da América Latina. Houve inúmeras discussões sobre a autossustentação desses projetos da Igreja Progressista e dos movimentos sociais, uma dessas ideias era que a Igreja poderia promover suas próprias plantações agrícolas para poder ter condições de promover seus encontros e seus cursos de formação e treinamento para não mais precisar da cooperação internacional²¹. Em Cametá existiram os sítios experimentais do Aricurá, Curuçambaba e Carapajó.

No entanto, as elites locais²² em que esses clérigos progressistas se implantavam não concordavam com o posicionamento da Igreja Católica, na prelazia de Cametá, foi

¹⁹ Criada por trabalhadores rurais do Baixo Tocantins em 1980, a Lei Anilzinho se tornou num instrumento de defesa da terra foi uma reação contra grilagem de terras. essa reação foi transformada em lei. a lei dos posseiros a lei não institucionalizada. Após a lei foram criados encontros com esse mesmo nome, criou-se, portanto, uma cultura política que durou 10 anos.

²⁰ Farinhada informativo da corrente Sindical Lavradores Unidos. Nova Timboteu. Pará - novembro 4 a 6.

²¹ FRENCKEN. Geraldo. Em Missão os padres da congregação da Missão Lazaristas no Nordeste e Norte do Brasil. Fortaleza. 2010.

²² Definimos elite local e elite política não apenas como a somatória de prefeitos e vereadores de um município, mas também formada por um conjunto de indivíduos com poder econômico, político e ideológico que, influenciando de forma direta ou indireta o exercício do poder e unidos por interesses

com a base aliada de Gerson Peres na região do Araguaia Tocantins, por exemplo na região denominada de polígonos dos castanhais, a seguir temos um trecho do relato de Délio Mutran, retirado dos arquivos da CPT.

Contou Délio Mutran que sua família "detém a maior parte da exportação da castanha do Brasil. Ano passado garantiu o equivalente em US\$ 8 milhões só em exportação". Na entrevista prestada, Délio enfatizou que "a igreja é a grande culpada dos conflitos por terras envolvendo castanhais. Manda padres estrangeiros para cá e promove a discórdia entre brasileiros. Toda essa confusão de terras só existe porque os padres vão aos posseiros e dizem: 'Não saiam da terra que ela não é de ninguém; é de Deus'. Além disso mandam buscar gente e vão distribuindo por toda a região. As terras são de minha família, há muitos anos. Pertencem ao meu pai, que morreu ali. Temos todos os documentos²³

Em grande medida por conta posicionamento a favor de posseiros ou pequenos proprietários de terra e seguindo, alguns clérigos no Pará sofreram ameaças de morte como foi o relato das memórias de Délio Mutran, são contraditórias haja vista, que o número de terras públicas que sua família se apropriou indevidamente, demonstra que já existiam sujeitos habitando aqueles espaços, entre eles cito o castanhal do índio, e o castanhal de Alto Bonito. A Presença de clérigos progressistas ao lado de posseiros, índios, lavradores, pequenos proprietários era mais elementos que compôs e ainda compõe o caldeirão de conflitos pela posse da terra na Amazônia.

As ameaças contra esses religiosos, foram de em praticamente todo território do estado do Pará a nota que se tornou pública no dia 24 de janeiro de 1980. Durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em que a CPT e a diocese de Ponta de Pedras denunciaram as ameaças de morte feitas a dom Ângelo Maria Rivato, bispo da citada diocese, e as arbitrariedades impostas a pequenos proprietários no município de Cachoeira do Arari.

Segundo a nota, "no dia 23 de janeiro de 1980, os moradores da localidade denominada Légua do Retiro Grande, município de Cachoeira do Arari, com apoio dado pela diocese e orientação Jurídica dos Advogados da CPT, Paulo Roberto Pedroso e Paulo de Tarso, reuniram-se e resolveram tirar o piquete da demarcação que estava sendo realizada numa dada área de terra por iniciativa de uma senhora chamada Joana Melo Castelo Branco da Rocha. Apesar de ainda existir uma ação demarcatória transitando em Juízo, ocorreram conflitos entre o bispo e o filho da dita senhora que culminou com à ameaça a seguir: "[...] ao longo de toda a noite, prolongando-se pela manhã. Dom Ângelo Rivato recebeu vários telefonemas ameaçadores de morte e insultuosos de pessoas que se diziam pertencer ao Comando de Caça Comunista"²⁴

As ameaças, assassinatos, prisões injustas e várias outros tipos de violência se repetiram inúmeras vezes contra esses grupos, pode-se dizer que algumas dessas ações

comuns, apesar de eventuais contradições entre si, formam um grupo coeso, trabalhando basicamente pelo mesmo interesse, qual seja: o controle do poder local. Israel Roberto Barnabé (2006).

²³ Episódio n 6.80 de 30 de janeiro de 1980, Jornal *O Globo*. Arquivo CPT. In: BARATA, Ronaldo. Inventário da violência: Crime e impunidade no campo paraense (1980-1989). Belém: Cejup, 1995.

²⁴ Arquivo CPT Regional Norte II lii BARATA, Ronaldo. Inventário da violência: e impunidade no campo paraense (1980- 1989). Belém: Cejup, 1995.

repetiram-se praticamente em quase todas as microrregiões do estado em que a igreja tornou urna postura mais progressista como foi o caso da região Guajarina com Padre Sérgio Tonetto; no Baixo Tocantins com os Padres Lazaristas e o bispo Dom José Elias Chaves; em Santarém com a ordem dos Franciscano no Marajó com dom Ângelo Riato e no Xingu com Dom Erwin Krautler.

A postura dessa igreja incomodava, pois em algumas ocasiões, os deputados estaduais foram à tribuna se pronunciar, como foi o caso do deputado Fernando José Bahia, pertencente à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que se dizia indignado com o que chamou -de bispos vermelhos". Ele classificava a atitude da igreja como anarquia religiosa e explicação era o resultado de uma queda da igreja Católica e total desrespeito com o Estado, pois esta não poderia incitar os posseiros contra o desenvolvimento e os projetos que estavam se desenvolvendo no sul do Pará²⁵. Digase de passagem, que o governo era uma ditadura e que os projetos defendidos atacavam mortalmente a população dessas regiões.

O único deputado posicionar-se a favor da Igreja Católica progressista em relação os confrontos sofridos, por seu posicionamento no campo da disputa agrária, foi o senhor Ademir Andrade, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro, (MDB), este pleiteou uma discussão acalorada com o também deputado Azziz Mutran (ARENA) sobre as críticas que este último teceu sobre à "Igreja Vermelha". Ademir Andrade defendia o posicionamento de resistência contra as oligarquias do Pará que alguns setores da Igreja Católica haviam tomado se fazia necessário, pois, o Estado pouco ou nada estava fazendo para defender os interesses dos posseiros da região²⁶.

Necessito afirmar também, que concordo com Alfredo Wagner (2014) a respeito da posição dessa Igreja Católica que nos variados lugares da Amazônia legal, o comportamento não foi algo uniforme, pois, em alguns lugares, ela atuou como intermediadora dos conflitos entre os grileiros e os posseiros, em outros, posicionou-se a favor desses últimos ou ficou ao lado do grande proprietário ou, ainda, pouco se interferiu. Não podemos esquecer o caso analisado por Oswaldo Coimbra, sobre parte da trajetória de Dom Alberto Ramos, arcebispo de Belém, que delatou seus padres à ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964.

Percebemos a heterogeneidade dessa igreja que não pode ser vista como única, esses posicionamentos podem ser notados nos jornais "A Voz de Nazaré" e "O Resistência" e "O Liberal", por exemplo (SANTOS, 2013). Concordo também com Pere Petit quando este afirma que a Igreja Católica progressista foi responsável pela articulação de vários movimentos reivindicatórios da sociedade, assim como na formação de vários indivíduos que se tornaram lideranças dos movimentos sociais e dos sindicatos. Além do mais, no Pará, especificamente, essa atuação ocorreu de várias maneiras, como já foi apontado anteriormente, na luta contra o latifúndio, na atuação junto aos sindicatos de Trabalhadores Rurais, na CPT nos trabalhos junto aos militantes de esquerda no IPAR e no trabalho junto ao ÇIMI (SANTOS, 2012; SILVA, 2011; VIEIRA, 2015).

Percebi que no encontro ocorrido entre os Bispos do Amapá e Pará reunidos em Belém, em setembro de 1979, verifiquei que durante o desdobramento da reunião, a maioria dos bispos presentes concordaram com a premissa de que "duas vezes

²⁵ Conquistou o mandato nas eleições de 15 de novembro de 1978.

²⁶ Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Pará em 12 de setembro de 1979, 83a reunião ordinária.

entraram em tal reunião: a do pobre e a de Deus para que a Igreja se colocar em favor dos menos favorecidos". No entender dos congregados "era evidente que a situação do pobre só estava piorando, pois muitos camponeses foram expulsos ou estavam sendo ameaçados de perderem a sua terra, porque eram perseguidos pelos patrões e pelas grandes firmas". Necessitava-se, portanto, de um posicionamento desses clérigos a favor do que eles acreditavam serem os menos favorecidos, ou seja, existia a precisão de fazer a opção pelo menos favorecido que no caso eram trabalhadores rurais.

2 Teologia da libertação como agenciadora de políticas e produções coletivas

No intuito, de tornar essas formulações palpáveis foram formulados e executados vários projetos, como já foi citado anteriormente, e entre eles destacava-se os cursos de lideranças ou de animadores de comunidade possibilitaram que alguns sujeitos da prelazia de Cametá, por exemplo, projetaram-se no âmbito da política partidária, nos STR, s ou nas Comunidades Eclesiais de Base, eles eram em sua grande maioria trabalhadores rurais que estiveram engajados nos cursos de formação, alguns tornaram-se vereadores, prefeitos, deputados e possivelmente, a maior parte, pelo Partido dos Trabalhadores, outros tornaram-se lideranças sindicais ou seguiram caminho diversos e alguns ainda se mantém em movimentos sociais referentes ao campo

No baixo Tocantins, a prelazia de Cametá, a partir da criação das Comunidades Cristãs em 1967, organizou de forma mais sistemáticas os cursos de formação de lideranças. A partir desses encontros foi criado um perfil para ser "um bom animador de comunidade", que segundo o relatório das conclusões do encontro dos animadores, "deveria ser de alguém de fé vivida, e de urna doação sincera que tivesse o poder de aglutinar o restante das comunidades e fosse confiante a ponto de conquistar a simpatia do povo. Uma das funções desses animadores na época era "a evangelização que conscientizava e libertava os pobres". Eles deveriam ser "homens comprometidos com a fé cristã, tinham que atuar numa pastoral de conjunto, em todos os campos de trabalho existentes, como: catequese, movimento jovem, de mulheres, saúde, agricultura, educação popular, vocacional, movimento popular entre outros". O conteúdo dos cursos de formação era norteado por leituras marxistas e pela pedagogia de Paulo Freire

Outra parte desses projetos desdobrava-se a partir do lema "terra para quem nela trabalha" que se propagava em diversos lugares do Estado e na então Prelazia de Cametá, por exemplo, havia três áreas de plantios demonstrativos ou sítios experimentais que no caso eram os de Curuçambabá, Aricurá e Bração-Miri e Carapajó.

Foi com intuito de resolver problemas do cotidiano dos trabalhadores rurais, que se iniciou uma experiência na Prelazia que foi chamado: Cantina comunitária, ativada entre meados de 1970- e início de 1990. Segundo os boletins das Comunidades Cristãs, "O próprio povo começou o movimento, a ideia era que comunitários, pudessem associar-se na cantina, pagando como entrada certa quota, com o dinheiro arrecadado e com um empréstimo do fundo da CC_ sem juros por três anos, mas nunca maior do que o capital dos associados _ tentava-se comprar em Belém mercadorias em maior

número e que deveria ser de ótima qualidade para revender por um preço mais razoável²⁷.

Essa iniciativa de acordo com as assertiva do informativo da C.C, ocorreu da identificação do quanto a população estava sendo impactada com o aumento inflacionário dos gêneros de primeira necessidade, nesse sentido, segundo o material, analisado, tornou-se indispensável aos trabalhadores rurais se organizarem em torno de alguns projetos, como os plantios de pimenta do reino, Guaraná, Cacao, café e plantação consorciada e as cantinas comunitárias²⁸ de acordo, com as análises desdobradas a partir dos informativos “o povo vivia sendo explorado com grande dependência do patrão”, portanto, “o trabalhador rural trocava os produtos do seu trabalho na loja do seu patrão”. Quem marcava os preços – que subiam conforme a possibilidade do freguês – era o patrão²⁹.

Esse ciclo deveria ser quebrado e uma das maneiras encontradas, foi construir as associações, eles deveriam fazer ao menos uma reunião por mês para marcar os preços, pois cada mês havia mudanças na tabela dos produtos colocados na cantina. As funções dos associados desdobravam-se a partir de um conselho executivo e o conselho fiscal que deveriam funcionar em íntima ligação com os associados. Contudo, a cantina possuía algumas problemáticas como a relatada à frente: “Em quase todas as cantinas existia o mal do fiado.” Este parecia o maior problema desse projeto, em busca de resposta para eliminar esse mal, foi feita uma avaliação sobre as causas do fiado nas cantinas comunitárias. O resultado oscilava entre o atraso do pagamento entre as pessoas que recebiam salário mensal (às vezes este salário era insuficiente para suprir as necessidades básicas da família e em outras situações, faltava consciência do associado que deveria contribuir com mais dinheiro quando poderia fazê-lo, mas não fazia) outras causas do problema era a falta de produção agrícola, ausência de boa saúde e a falta de boa vontade³⁰.

Após debaterem os organizadores da cantina chegaram a algumas conclusões, para haver a melhora da cantina para esta não vir a falir; deveria ser criada uma associação dentro da comunidade para atender e conscientizar os associados de participar – com igualdade – com uma cota na cantina e tornar os associados mais íntimos da situação da cantina³¹.

Nos depoimentos sobre a cantina, foi perguntado “a cantina é um valor para você, sim ou não, e por quê? As respostas foram variadas, mas foi consenso à afirmação de que a cantina na época ruim trazia mercadoria de que o pobre precisava, uma vez que as famílias podiam poupar mensalmente uns Cr\$ 300,00, a cantina vendia pequenas quantidades de acordo com as necessidades do pobre, ainda mais a cantina libertava da opressão do barão, desse modo não precisava mais viajar se humilhando e gastando sua diária e finalmente os associados estavam vendo que a cantina ajudava, por isso existiam pessoas que participavam mais do que antes no culto dominical³².

²⁷ Boletins da CC’S 1981 número 01 de março e número 02 de abril.

²⁸ PINHEIRO, Edir Gonçalves. Membro da Prelazia de Cametá, ex-animador de comunidade, exerceu várias funções na Cúria em meados de 1980. Entrevista realizada em 14/03/2010.

²⁹ KROMMENDIJK, Bernardo. Ex-Engenheiro agrônomo da Prelazia de Cametá. Entrevista realizada em 19-03-2010.

³⁰ Informativo de número 2 de 1979 da Prelazia de Cametá.

³¹ *Ibid.*

³² Informativo número 3 de 1979 da Prelazia de Cametá.

Deste modo é possível perceber que a cantina foi instrumento que ajudou os trabalhadores, sendo que na nova América, segundo a declaração do informativo de 17 de julho de 1981, a cantina comunitária era o projeto que havia motivado a CC a prosseguir em frente na sua caminhada de fé³³. Em vista disso a formação de cantinas seria um primeiro passo para lavradores se defenderem contra a exploração do seu trabalho, mas existiam projetos mais ousados após a abertura de cantinas, logo deveria haver também a formação de cooperativas, dirigidas pelos próprios trabalhadores, pois segundo os trabalhadores essas cooperativas seriam mais fortes através da união dos sócios da cantina, pois reuniria um número maior de associados, essa certeza se dava pelo fato de que as cantinas apesar de reunir poucas pessoas eram eficazes³⁴.

Sem sombra de dúvidas outro projeto além das cantinas, que chamava bastante atenção, organizado pela Prelazia era os referentes à agricultura, é notória a importância, pois existiam várias colunas dos jornais que ensinavam as técnicas, para os pequenos e médios agricultores, plantarem sem citar inúmeras palestras e debates para arrecadar fundos para estes projetos, muitos desses auxílios vinha da Holanda³⁵.

O engenheiro agrônomo, da época senhor Bernardo Krommendijk, que chegou da Holanda, à Prelazia em 1975, a convite do administrador apostólico Pe. Henrique Rienslag veio para dar uma força na agricultura familiar, este deveria ensinar técnicas mais adequadas para a lavoura com pimenta, cacau, café, guaraná, fruteira e criação de pequenos animais³⁶.

Segundo o engenheiro holandês a pimenta do reino foi primeiro introduzido em Tomeaçu na década de 1970 não muito longe da Prelazia, nesse momento alguns padres holandeses descendentes de agricultores começaram a experimentar o plantio da pimenta do reino, isso foi por volta 72 e 73, a iniciativa foi tomada pelos padres Jacobus Cornelis Van Poels (Pe. Tiago), Gerardus Alfons Paridaen (Pe. Geraldinho), Johannes Gerardus Boonekamp (Pe. Joãozinho) que eram os principais plantadores de pimenta do reino³⁷.

Existia a cooperação internacional, “BRASIL OP WEG”, MISERIOR, ADIUTO que funcionava como um fundo de ajuda aos projetos da Teologia aqui no Brasil e em outros países da América Latina. Houve inúmeras discussões sobre a auto sustentação desses projetos da Igreja Progressista e dos movimentos sociais, uma dessas ideias, era que a Igreja promovesse suas próprias plantações agrícolas, para poder ter condições de promover seus encontros e seus cursos de formação e treinamento, para não mais precisar da cooperação internacional. Então em Cameté, sede da Prelazia, chegou a ter um plantio de quase 30 mil pés de pimenta que serviria como fundo para manter os trabalhos sociais e pastorais da Igreja³⁸.

Na Prelazia havia quatro áreas de plantios demonstrativos, Curuçambabá, Aricurá, Bração- Miri e Carapajó, para entender melhor esse debate, ler o trabalho de

³³ *Ibid.*

³⁴ *Ibid.*

³⁵ Informativo de 17 de julho de 1981. Prelazia de Cameté.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ Informativo da Prelazia número 02 de abril de 1981.

³⁸ KROMMENDIJK, Bernardo. Ex-Engenheiro-agrônomo da Prelazia de Cameté. Entrevista realizada em 19-03-2010 e FRENCKEN, Geraldo. Em Missão os padres da congregação da Missão (Lazaristas) no nordeste e norte do Brasil. Fortaleza 2010.

Joênia Nunes dos Prazeres³⁹. O sítio de Bração-Miri, ficava em Baião, era uma área de 100 hectares, onde foram plantados 5 mil pés de pimenta do reino, para demonstração educativa. A agricultura familiar vinha adicionada de pequenos financiamentos para que os agricultores pudessem colocar na prática o que aprendeu no curso de agricultura, os financiamentos eram pagos com a própria produção de pimenta, pois existia muita inflação, segundo o engenheiro na época a *Pimentus negrituns*, chegou a alcançar \$ 4,00 dólares⁴⁰/Kg. Portanto, Bração-Miri era uma área que recebia o ano todo, principalmente nos meses de janeiro até Maio, toda semana, grupos de agricultores vindo da Prelazia. Havia uma atenção especial com a pauta ambiental, buscavam técnicas que excluía as queimadas, fazendo uma agricultura sustentável. Havia a experimentação do adubo orgânico, na época o adubo químico era mais barato e por um tempo ele foi utilizado, mas em longo prazo o adubo orgânico se mostrou mais eficiente (Sr. Bernardo Krommendijk ex-engenheiro agrônomo da Prelazia de Cametá).

Outro gênero agrícola cultivado pela Prelazia em seus projetos foi o guaraná que na época a propaganda, pela rádio e televisão, desencadeou uma grande procura, algumas pessoas da equipe da Prelazia foram fazer curso de cultura de guaraná em Belém do Pará⁴¹. Segundo o informativo de janeiro 1982, o plantio de guaraná da região prelatícia estava adiantado em relação ao restante das comunidades que se apresentaram no curso de Belém.

O informativo faz questão de enfatizar o cuidado que se deveria ter com as mudas de guaraná ensinando passo a passo todas as técnicas necessárias ao desenvolvimento de arbustos, e todas as possíveis variações de crescimento. Segundo essa visão, seria lucrativo plantar guaraná, pois, as fábricas de refrigerantes, onde 90% do guaraná era utilizado, os 10% restantes é destinado para as fábricas de remédios. Portanto, na visão dos trabalhadores era de suma importância que os agricultores se unissem na produção dos pés de guaranás uma vez que este seria mais uma renda agricultores⁴².

De acordo com o informativo, a Comunidade Cristã, apesar do ano de 1982, ter sido positivo para os agricultores da região, no entanto, em 1983 complexo, pois nos meses de janeiro e fevereiro não havia chovido e estas chuvas seriam essenciais para a produção dos gêneros agrícolas, o arroz, o milho e também a pimenta já haviam sido perdidos, somente alguns produtos tais como café, cacau e guaraná, não sofreram tantos danos, no entanto, a mandioca que possuía resistência contra seca falhou devido às pragas que atingiram nos meses depois da seca⁴³.

Diante dos fatos os agricultores tiraram as conclusões de o preço do arroz, milho e farinha ficaram altos para os consumidores, uma vez que a oferta do produto era baixa, muitos lavradores que fizeram o projeto pelo banco de lavoura branca, estavam “pendurados”, pois, a safra não ofereceu condições para pagar conta, em muitos lugares o banco já estava juntando os títulos para botar a venda daqueles que não conseguiram quitar suas dívidas. A segunda, problemática para os agricultores no ano de 1983, houve um intenso desmatamento, por causa da chamada lavouras brancas

³⁹ Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: uma experiência agrícola desenvolvida nos anos de 1970 e 1980 na localidade de Carapajó/Pará.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ Revista da Prelazia número 109 dezembro de 1983 a janeiro de 1984.

⁴² *Ibid.*

⁴³ Informativo número 02 de janeiro de 1982

financiada pelo banco. Nesse sentido, a única certeza que a Prelazia dava aos pequenos lavradores era que a lavoura branca financiada pelo banco não dava lucro ⁴⁴.

O informativo convidava os trabalhadores rurais a ficarem atentos, pois a tradição na agricultura da região Tocantins era plantar e colher com a própria família ou em mutirão com outras famílias. Quando começava o financiamento para grandes plantações tais como: cacau, seringa, guaraná ou pimenta, os pequenos agricultores começavam a explorar seus próprios vizinhos⁴⁵.

Diante desse cenário uma das alternativas para o pequeno agricultor, seria plantar aos poucos diversas culturas que eram categorizadas como permanentes, sendo elas: café, cacau, guaraná, árvores frutíferas e pimenta; criar galinhas, porcos e algumas cabeças de gado. Para que durante o ano todo eles tivessem produtos para vender de acordo com o preço, sem ficar atrelado a qualquer banco. Eles não deveriam esquecer também, que ao lado de todas essas plantações já citadas, não poderia deixar de produzir os alimentos para o consumo próprio como, arroz, milho, feijão⁴⁶.

3 Perseguições políticas

Perante ao exposto, vimos algumas das inúmeras dificuldades sentidas pelo pequeno agricultor da Prelazia de Cametá, pessoas que estavam explorados pelas políticas neoliberais, exercidas pelos bancos e afirmado por um governo ditatorial, que concentrava ainda mais a renda nas mãos dos latifundiários, restando ao agricultor, poucas alternativas, sendo uma delas, a união e a organização, para ir à busca de seus direitos, demonstrando assim, que o povo dessa região não assistiu atônitos aos grandes projetos sem esboçar reação alguma, pelo contrário, a união existiu e a resistência também, as cantinas, as CC's, os projetos agrícolas e a lei Anilzinho, são prova disso⁴⁷.

Lei esta que legitimou e deu inspiração a várias lutas por terra não só no baixo Tocantins, mas também em outras regiões⁴⁸. Dentre os religiosos que circularam na prelazia de Cametá, de acordo, o autor do livro “Em missão: Padres da congregação da *Missão Lazaristas no Nordeste e no norte do Brasil*, Geraldo Frencken⁴⁹, que também atuou como um dos clérigos progressistas da então prelazia de Cametá. Os religiosos que estiveram entre as décadas de 1970- 1990, no então, território da prelazia de Cametá, foram: Pedro Hermans, Tiago Poels, Henrique Riemslog, Bernardo Gales, João Bonakamp, Arnaldo Konings, Geraldo Paridaen, Geraldo Gommers, Jaime Kriek, Lino Van Lins, Afonso de Vree, José Coutinho Favacho, Geraldo Frencken e dom José Elias Chaves filho.

A maioria desses religiosos da congregação dos Xaverianos vieram da Holanda, alguns deles engajarem-se na perspectiva dos movimentos sociais, outros foram acusados de não se identificarem, com os movimentos sociais a favor dos lavradores.

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ Revista das Comunidades Cristãs número 01 de março de 1981.

⁴⁷ Documentação da Lei Anilzinho I de 10 e 11 julho de 1980 e a Lei Anilzinho II 6 a 8 de novembro de 1981.

⁴⁸ SANTOS, Edileuza dos. Espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na PA-150 (1970-1985). Belém, 2007.

⁴⁹ Geraldo Frencken, nascido na cidade de Helden na Holanda, chegou ao Brasil em 1973, fez parte da província da fortaleza da congregação da missão, trabalhou no Pará e no Ceará, trabalhou nas comunidades eclesiais de Base e no trabalho de formação como agentes pastorais.

Nesse caso, encontramos a figura Arnaldo Konings. Que de acordo com os relatos do Jornal Resistência compilado pelo SNI, o referido padre era vigário, e apesar de manter diálogo com os lavradores “nosso Vigário padre Arnaldo, ajudava as obras da prefeitura com seus estudos empreiteiros”, e foi acusado de ser comprometido com o governo do Estado, fazendo propaganda das obras feitas por ele.

A acusação prosseguia com a afirmação de que no ano de 1980, quando os lavradores com o apoio do STR, festejaram a data que escolheram para representar seu dia, ou seja, o dia 25 de julho. Após a missa do citado vigário saíram em passeata pelas ruas da cidade carregando faixas e gritando palavras de ordem exigiram dos governos estaduais e municipais o afastamento das empresas geleiras (...), segundo, o relato dos trabalhadores padre Arnouldo não nos os acompanhou, e o que foi mais lamentável, em suas opiniões foi proferir indignação, chamando o ato dos trabalhadores de “palhaçada”. Esse fato segundo esses sujeitos sociais os chocou. Nesse sentido, os lavradores denunciavam a gravidade da atuação da grilagem no município de Cameté, e pediam ao bispo dom José Elias Chaves que desse apoio, e exigisse de seus padres que fosse cumprido o que fosse discutido em Puebla⁵⁰. Portanto, esses trabalhadores utilizaram as discussões próprias da TL e de seus desdobramentos na América Latina para exigirem coerência do vigário da paróquia de São João Batista, no município de Cameté. A seguir temos uma imagem da comemoração do dia 25 de julho, que ocorreu em 1980, dentro da igreja de São João Batista.

A imagem nos revela a aglutinação dos trabalhadores rurais e a sua ligação com alguns padres da congregação da missão, outros religiosos foram seguidos mais de perto pelos órgãos repressores da ditadura, foram os padres Tiago Poels, padre José Coutinho Favacho e dom José Elias Chaves, outros foram ao menos citados por eles foram os padres Gerardus Alfons Paridaen (Pe. Geraldinho) e Geraldo Frencken.

Ao analisar os arquivos do SNI, foi possível identificar fichas de atividades de missionários nas áreas das agências nacionais, que foram no total de setenta e sete fichas que continham dados de religiosos estrangeiros que atuavam no Estado do Pará, entre eles, constava o nome Jacques Marianus Joseph Poels, mas que tinha outros nomes Tiago Poels ou Thiago Poels, sua identidade, para não ter problemas com sua identificação era RNE-0859735. Os nomes dos seus pais, Lamberthus Theodoro Poels e Maria Wilhelmina Bardoad. Nos autos do processo constava também sua profissão que era de religioso (padre) e pertencia a organização do congresso das missões, tendo como função ser vigário da prelaia de São João Batista⁵¹.

Durante minhas pesquisas do doutorado descobri que em 1976, a ditadura militar, construiu um relatório, sobre conflitos existentes, na fazenda Joana Peres, no município de Baião, com o intuito de “levantar as atividades do Padre Thiago Poels”, a fim de comprovar o envolvimento do padre, em supostas ações subversivas para um “possível pedido de expulsão do país”. O religioso foi acusado, pelo Coronel Danilo Venturini, chefe do gabinete do SNI de “comandar invasões de terras”. Através dessa assertiva, é possível entender duas questões, primeiro o modo operacional que a ditadura militar acionou, para incriminar quem eles julgavam ser inimigos do governo, no caso, o padre Thiago Poels, as denúncias possuíam como intuito expulsá-lo do país provavelmente acionando a lei de segurança nacional, a segunda questão é que o

⁵⁰ SNI, 6 de janeiro de 1981, propaganda adversa do jornal *Resistência* da SDDH, exemplar n. 20. Arquivo da Ditadura Militar, sob a salvaguarda do arquivo nacional do Rio de Janeiro.

⁵¹ Documentação da ditadura militar, arquivo SNI.

governo estava a par dos conflitos agrários, que estavam se desdobrando no baixo Tocantins, e pouco ou nada fizeram para resolver a problemática,⁵².

No processo confeccionado pelo SNI em 04 de julho de 1975, o senhor Lázaro Gonçalves Barbosa, que era residente e domiciliado em Goiânia- GO, á rua 83- B, Nº 96, adquiriu no município de Baião 22 glebas de terras que pertenciam a Raimundo Melo e Silvana. Estas glebas teriam uma superfície total estimada de 20.000 ha, e eram conhecidas como: Manoel Leite, Areial, Poção, Mangal, Buenos Ayres, sítio Samaúma, Santa Sé, Torrão Grande, Maeiano, Retiro, Perigo de Delfino, Castanhalzinho do Manoel Leite, Caminho do Cajueiro, Camilo, além de outras compõem, a fazenda Joana Peres (...). O relatório do SNI, destacou a presença de um servidor do ITERPA No mês de outubro de 1976, o senhor José Custódio Patriarca, que estava na fazenda Joana Peres a serviço quando teria dito “aos posseiros que aquelas terras não pertenciam a ninguém, eram terras devolutas do governo e que eles poderiam cultivar normalmente seus roçados”. Ora, nós sabemos que essas terras de castanhais, foram de servidão pública e as que não foram, eram terras devolutas do Estado.

No entanto, Lázaro Gonçalves Barbosa, acusava Thiago Poels, vigário da paróquia de Baião, e Adão Paixão e Silva, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de estarem, “aliciando e insuflando os moradores da vila de Joana Peres, perturbarem os trabalhos de implantação do projeto agropecuário vem tolhendo a sua locomoção e dos seus empregados”.

Através desses argumentos, infiro que os conflitos dessa região de Baião eram intensos, e que Barbosa, acionava um novo mecanismo, argumentava, que as terras estavam sendo ocupadas pelo projeto agropecuário, modelo, que possuía os fomentos dos governos militares na Amazônia, afinal, no projeto de poder desses militares não cabia, mais o extrativismo e muito menos a floresta em pé, segundo essa visão ela era um estorvo para esse paradigma predatório. Padre Thiago Poels, Adão Paixão e os moradores da região deveriam ser removidos a qualquer custo do caminho.

Deste modo, percebo que a resistência que os lavradores do baixo Tocantins acionaram para manterem-se na terra, o quanto estavam dispostos a fazer e não aceitavam, o fato de suas terras ancestralmente ocupadas passassem para a posse de desconhecidos. O SNI, por sua vez, atribuía essa intercorrência a possíveis incentivos do padre Thiago Poels, julgando que esses sujeitos sociais não fossem capazes de compreender a realidade que os cercava.

Ao continuar os exames e questionamentos sobre os documentos do SNI, atribuídos, ao religioso em questão, encontrei uma denúncia feita em 20 de agosto de 1975, por Armando de Souza Rocha (cap Ig R/R Era), e Emanuel Cirilo de Carvalho, dentista, que dirigiram-se por escrito ao superintendente da polícia federal no Pará, acusavam o padre Thiago Poels de ter criado centros agrícolas, no município de Baião, “localizado distante da sede do município, onde eram localizados, com a participação de elementos estranhos a comunidades tinha como objetivo despertar, na gente simples, os erros do regime vigente e o desamparo que vive a população rural”. Ao verificar essas fontes cheguei a dois entendimentos, o primeiro que o sítio a que se referiam tratava-se possivelmente de Bração- Miri, a segunda conclusão, era a conexão e a possibilidades de pessoas, dos civis, colaborarem com regime de repressão

⁵² Serviço Nacional de Informação, 16 de novembro de 1976, assunto “atividades subversiva do padre Thiago Poels, arquivo da ditadura militar, sob salvaguarda do Arquivo Nacional, pesquisa realizada, em setembro de 2017.

produzindo denúncias escritas como foi o caso do dentista de Baião Manoel de Carvalho, aumentando os tentáculos da ditadura militar.

A denúncia de Carvalho e o capitão Aramando Souza Rocha, prosseguiram com o suposto argumento de que os trabalhadores que participaram dos encontros “nos centros agrícolas giravam em torno de expressões tais como: “libertação do povo, libertação do trabalhador, que eram explorados e espoliados pelos patrões e pelos poderes públicos”. Ainda de acordo com a denúncia, ao DPF, Padre Thiago declarava-se “admirador incondicional do arcebispo de Olinda e Recife, referindo-se a D. Helder como uma figura ímpar, inteligente e defensor dos humildes”. As acusações levantadas por esses cidadãos possuíam como intuito demonstrar o grau de periculosidade ao governo militar possuíam e o quanto, Padre Thiago era adepto do progressismo, relacionando, com um dos maiores expoentes da igreja progressista do Helder Camara, então bispo de Olinda e Recife.

O bispo da prelazia de Cametá também esteve na mira investigativa do SNI, de acordo com (SILVA, 2016), dom José Elias Chaves chegou na prelazia de Cametá, na paróquia de São João Batista para assumir seus serviços pastorais em 24 de outubro de 1980. Durante as pesquisas do doutorado foi possível que pelo menos do ponto de vista do SNI, ele não qualificado como progressista, pois, entre 1980 a 1981 não era reconhecido, como progressista houve o rompimento da prelazia com a FASE e o documento oficial foi assinado pelo bispo e pelo padre Henrique Riemglans e junto com outros bispos da CNBB norte 2, vetou nomes de professores do IPAR tais como da pesquisadora Venezuelana Rosa Azevedo e Jean Hebett.

Em 30 de julho de 1981 foi relatado, a sua participação na celebração da missa do dia do trabalhador rural, em que foi auxiliado por padre Geraldinho e José Favacho e um terceiro que não foi identificado pelo investigador, da ditadura militar, mas creio seja, Padre Arnoud. O bispo discursou sobre a necessidade de uma reforma Agrária mais justa e sobre o fim das impunidades das mortes no campo, a fim de evitar casos que ocorreram com lavradores como Raimundo Ferreira Lima “Gringo” e José Lima de Sousa “Zé Piau”, no final de acordo com o relatório pediu de Deus para os trabalhadores rurais. O ato religioso terminou as 09:40, contando com aproximadamente 200 pessoas, que segundo o citado relatório era constituído em sua maioria por menores e mulheres. Uma tentativa de demonstrar a possível fragilidade do movimento⁵³.

⁵³ SNI, 30 de julho de 1981, manifestações alusivas ao Dia do Trabalhador Rural – 25 de julho, em Cametá, Moju, Nova Jacundá e Mocajubinha. Arquivos da ditadura militar sob salvaguarda do Arquivo Nacional, pesquisa realizada em setembro de 2017.

Imagem 2 – Revista francesa com o título “Brasil, nossa esperança!”, de 1980



Fonte: reportagem internacional da Lavie, edição de 1980.

A reportagem, tem um título que a grosso significa “Brasil, nossa esperança!”, em linhas gerais, já faz treze os repórteres da revista conheceram Dom Elias em, Pacajá, que na época era um pequeno povoado que eles denominavam como pantanoso, mas que sabemos estar marcado pelo pó vermelho da transamazônica, de fato no meio da Amazônia. Na época, o Bispo de Cametá (...), no período em meados da década de 1980, ele acabava de lançar uma campanha para socorrer os que ficaram à margem do grande canteiro de obras da Transamazônica. Na visão, dos autores do periódico, o “incansável pastor da selva continua sua missão. para suprir a ausência do Estado e para manifestar a presença do Evangelho aos seus paroquianos dos rios”. Dom José Elias Chaves teve ampla participação dentro dos encontrões Anilzinho e protagonizou, junto com os trabalhadores Rurais do baixo Tocantins, momentos de tensão com as elites locais.

Considerações Finais

O artigo que por hora concluímos demonstra a importância da ação dos padres progressista na Amazônia, alinhados aos ideais da teologia da libertação posicionaram-se ao lado de trabalhadores rurais na luta pela terra na Amazônia. Portanto, o conjunto de ações pensadas, e colocadas em ação pelos clérigos progressistas fomentaram a resistência e permanência de espectro amplo de sujeitos sociais que encontraram na igreja católica progressista o apoio para permanecerem na terra, demonstrando que um povo organizado é resistente, que a luta faz parte da vida e da garantia de direitos da classe trabalhadora. A teologia da libertação fez opção pelos pobres e no caso da Amazônia ela se alinhou ao lado dos desapropriados da terra ou dos sem-terra.

Referência

AREZ, Heinz Karl; VASCONCELOS, George Alexandre Barbosa de. Encarnavio e Libertaccio: os ecos do Concilio Vaticano II na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, n. 19, vol. 7, maio 2014.



- BARATA, Ronaldo. *Inventário da violência: Crime e impunidade no campo paraense (1980-1989)*. Belém: Cejup, 1995.
- CHARBONNEAU, Paul-Eugene. *Da Teologia ao Homem: ensaio sobre a Teologia da Libertação*. São Paulo: Loiola, 1985.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Rio - Medellín - Puebla - Santo Domingos. São Paulo: Paulus, 2004.
- FAVACHO, Jose Coutinho. *Catolicismo Amazônico e as CEB's diante das transformações sociais em ocorrência na região: estudo sobre a pastoral da prelazia de Cametá, a luz da teologia da Libertação*. 1984. Dissertação (Mestrado) PUC/Rio de Janeiro, 1984.
- FRENCKEN, Geraldo. *Em Missão os padres da congregação da Missão Lazaristas no Nordeste e Norte do Brasil*. Fortaleza. 2010.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. O Cristianismo e a formação da Moderna questão Agrária Brasileira. In: PAULA, Delsy G.; MURGELSTARLING, Heloisa Maria; ROSA, Juarez Rocha Guimaraes (org.). *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. *História*, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993. (p. 07-28).
- PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará*. 2004. (Especialização em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- PETIT, Pere. *A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boi Tempo, NAEA – UFPA, 1996.
- SANTOS, Deyse Silva dos. A Igreja dos Pobres e Movimentos Urbanos: a atuação das CEBs nos movimentos de bairros de Belém (Décadas de 1970 e 1980). *Revista Estudos Amazônicos*, v. VII, n. 1, 2012.
- SILVA, Adriane dos Prazeres. *O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: (1961-1981)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação de História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- SILVA, dos Prazeres Adriane. *As terras de uso comum e os castanhais do vale amazônico: luta, resistência e a lei dos posseiros (1930 - 1991)*. tese de doutorado defendida no Programa de pós-graduação de História social – UFPA, 2021.
- SILVA, Sandro Ramon Ferreira. *O Tempo das Utopias: religião e romantismo no imaginário da teologia da libertação dos anos de 1960 a 1990*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2013
- SOUSA JÚNIOR, João Batista Rodrigues de. *Da gênese às novas gerações sindicais: juventude e atuação política no sindicato dos trabalhadores (as) rurais de Cametá* 2017. Dissertação de mestrado- Programa de Pós- graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC). Campus de Universitário de Cametá- Universidade Federal do Pará- 2017.
- SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.



SOUZA, Sara Cristina de. Igreja Católica, política e moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). *Dossiê Religião*, n. 4 – abr./jul., 2007

TRECCANI, Girolamo Domenico. *O título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade p 1-33.*

VIERA, Jaci Guilherme. *Um novo projeto de igreja e de missão entre os índios de Roraima: A ordem da Consolata: 1969 a 1997.* Texto de Pós-doutorado apresentado no PPHIST, dez. 2015.